

Luta por reconhecimento de pessoas com Síndrome de Down: retórica solidária e estima social¹

Struggle for recognition of people with Down Syndrome: rhetoric of solidarity and social esteem

Leandro Lage²
Tainá Cavalcante³

Resumo: A proposta do artigo é analisar manifestações de solidariedade online envolvendo pessoas e familiares de indivíduos com Síndrome de Down à luz da gramática desenvolvida por A. Honneth para o exame das condições morais da autorrealização, com ênfase na distribuição social da estima. Considera-se que, por um lado, as redes sociais configuram ambiências propícias à busca pela estima; por outro lado, suspeita-se que as expressões de solidariedade nessas redes evidenciam uma retórica solidária moral e eticamente desengajada. O objetivo do trabalho é entender formas contemporâneas de solidariedade e, ao mesmo tempo, iluminar o que essas manifestações solidárias teriam a oferecer à compreensão de processos de luta por reconhecimento. Ao final, constata-se, nesses âmbitos de interação, a presença constante de expressões solidárias pro forma. Também se percebe que as formas de resposta solidária dependem diretamente das formas de apelo solidário por parte das pessoas envolvidas na luta por reconhecimento.

Palavras-Chave: Solidariedade. Reconhecimento. Síndrome de Down.

Abstract: This article aims to analyze the expressions of online solidarity involving people and relatives of people with Down Syndrome in the light of the grammar developed by A. Honneth for the examination of the moral conditions of self-realization, with emphasis on the social distribution of esteem. It is considered that, on the one hand, social networks are ambiances conducive to the struggle for esteem; on the other hand, it is suspected that expressions of solidarity in these networks show a morally and ethically disengaged rhetoric of solidarity. The goal is to understand contemporary forms of solidarity and, at the same time, to illuminate what these solidarity expressions would offer to the understanding of processes of struggle for recognition. At the end, one can see, in these interactions, the constant presence of pro forma solidarity expressions. It is also perceived that the forms of solidarity response depend directly on the forms of solidarity appeal by the people involved in the struggle for recognition.

Keywords: Solidarity. Recognition. Down Syndrome.

¹Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

²Leandro Lage é doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC-Unama). E-mail: leandrorlage@gmail.com

³Tainá Cavalcante é graduada em Comunicação Social pela Universidade da Amazônia (Unama). E-mail: taina.cavalcante@hotmail.com

1. Introdução

Indivíduos e coletividades implicados em lutas por reconhecimento ocupam de maneira crescente e significativa os espaços online de visibilidade, nos quais encorajam, pleiteiam e produzem apelos e manifestações solidárias. No caso das pessoas com Síndrome de Down (SD), essa atuação política tem como pano de fundo formas históricas de preconceito, o que dá ensejo a uma luta por direitos previstos em lei, mas também pela valorização desses sujeitos e de suas capacidades. Essa disputa é motivada pela busca incansável - travada por indivíduos, por seus familiares e por grupos ativistas - pela possibilidade de desenvolvimento da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima. Diante desse problema, a proposta do artigo é analisar manifestações de solidariedade online à luz da gramática desenvolvida por Honneth (2003) para o exame das condições morais e sociais da autorrealização. Partimos da hipótese de que, por um lado, as redes sociais configuram ambiências propícias à participação, à expressão de si e à busca pela estima social por parte de pessoas e familiares de indivíduos com SD; e, por outro lado, de que as interações online marcadas pelo discurso solidário também evidenciam uma retórica solidária moral e eticamente desengajada.

As condições de conexão e interação consolidadas pela era digital vêm transformando profundamente práticas comunicativas cotidianas e, conseqüentemente, as formas pelas quais os indivíduos se engajam em lutas por reconhecimento (MAIA, 2014). Assim, as redes sociais se tornaram ambientes políticos propícios às expressões de si e construções identitárias, às conversações políticas e à deliberação, bem como ao ativismo e à mobilização social. Com isso, constituem lugares de problema importantes para investigações ancoradas na abordagem da luta por reconhecimento (HONNETH, 2003; MAIA 2014; SARMENTO, 2015), aplicada a "episódios" específicos de interações marcados por certa retórica solidária (CHOULIARAKI, 2013). Almeja-se, com esse movimento analítico, entender determinadas formas contemporâneas de solidariedade (WILDE,

2007), e iluminar aquilo que essas manifestações solidárias teriam a oferecer à compreensão de processos de luta por reconhecimento.

Pessoas com SD são constantemente identificadas como sujeitos sem autonomia e/ou capacidade de levar uma vida comum e desempenhar tarefas cotidianas e independentes. Rotuladas como incapazes, essas pessoas são desvalorizadas pelas condições supostamente insuficientes que teriam para contribuir de modo produtivo para a realização dos objetivos sociais. Com isso, se considerarmos a assimetria de que fala Honneth (2003) a respeito da distribuição da estima social, os portadores da trissomia ocupam uma posição cultural e historicamente desfavorável na qual, além de serem submetidos a degradações e ofensas, são excluídos, socialmente desvalorizados e têm seus direitos ignorados.

Empiricamente, utilizaremos como exemplo interações (postagens e comentários) coletadas do perfil do Facebook do ator e lutador Breno Viola, portador da SD que se identifica como defensor da "causa Down", e da página "Sorrindo com Yasmin", também do Facebook, mantida pela mãe da menina Yasmin Bertoja, de 3 anos, portadora da SD - a utilização do perfil e da página como parte da pesquisa foi previamente autorizada pelos seus responsáveis legais. Os exemplos integram *corpus* de pesquisa de maior alcance desenvolvida sobre interações online de pessoas com Síndrome de Down, dedicada à investigação da formação de redes de solidariedade online (CAVALCANTE, 2016). No presente artigo, busca-se, portanto, analisar as tensões entre a possibilidade que esses sujeitos têm de se expressar e dar visibilidade a realizações e as formas do discurso solidário, na tentativa de entendê-los em sua ambiguidade: entre uma retórica solidária *pro forma* e moralmente desengajada e uma adesão simétrica e afetivamente interessada nas capacidades, demandas e realizações do outro.

2. A integração social de pessoas com Síndrome de Down

Pessoas com Síndrome de Down, embora já tenham respaldo jurídico para uma série de direitos, entre eles o direito à integração social, ainda são muitas vezes considerados seres incapazes de contribuir de modo produtivo para a sociedade, seja do ponto de vista do trabalho, seja do ponto de vista de suas propriedades individuais e particularidades físicas, mentais e genéticas. Sujeitos com SD sofrem

significativamente com a falta de espaços de atuação pessoal, além da ausência de oportunidades para poderem compartilhar suas experiências, realizações, assim como suas aflições, ideias e pensamentos. Por estarem submetidos a um estereótipo de desvalorização, é dificultado o processo de integração social desses indivíduos.

Os primeiros relatos científicos sobre a SD foram feitos entre 1864 e 1866, pelo inglês John Langdon Haydon Down, um médico que trabalhava em uma clínica para crianças com atraso neuropsicomotor. Após observar características físicas semelhantes em alguns pacientes, tais como olhos amendoados, base nasal achatada, pescoço curto, achatamento na parte de trás da cabeça, força muscular reduzida, o médico retratou a síndrome, na época, como "um estado regressivo de evolução". As causas genéticas da síndrome só foram descobertas e reveladas cientificamente em 1959, quase 100 anos após a descrição de Langdon Down. A própria denominação de Síndrome de Down só foi oficialmente reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a partir de 1965.

Desde então, um grande número de pesquisas multidisciplinares demonstra que essas pessoas são plenamente capazes de levar uma vida saudável tanto do ponto de vista físico e intelectual, quanto do ponto de vista social. Ainda assim, a percepção sobre as pessoas com Down continua associada à ideia de que são sujeitos "inacabados", uma vez que, fisiologicamente, esses indivíduos apresentam dificuldades de aprendizagem com impacto perceptível nas capacidades intelectuais (BITTLES; GLASSON, 2004). Ou seja, embora grande parte das pessoas com Down tenha plenas condições para o desenvolvimento pessoal e social, elas ainda são vistas sobretudo a partir de sua condição genética peculiar. Esse quadro demonstra um claro obstáculo à integração social dessas pessoas, que, mesmo quando amadas no seio familiar e tendo diversos direitos assegurados, ainda encontram dificuldade para serem estimadas e consideradas pessoas valiosas.

É nesse sentido que Santarosa (2002) ressalta a importância da elaboração de estratégias visando ao desenvolvimento socioafetivo dessas pessoas, dando suporte ao aprimoramento de suas relações interpessoais através da interação social. Nesse contexto, as redes sociais, quando analisadas pelo ângulo da interação e da

sociabilidade, são consideradas espaços propícios para o desenvolvimento intersubjetivo das pessoas com SD, favorecendo à liberdade e à construção da autonomia desses sujeitos, pois constituem ambiências abertas à ampla participação, expressão e interação com outras pessoas, nas quais esses indivíduos podem exercitar suas capacidades de articulação e comunicação, além de poderem integrar redes cívicas e de solidariedade.

Uma vez inscritos nessas redes, esses sujeitos ganham novas possibilidades de aprimorarem suas capacidades interacionais, mas, principalmente, encontram a oportunidade de partilhar experiências e interesses com outras pessoas. Segundo Maia (2008), redes cívicas online proporcionam as condições para que indivíduos expressem e atualizem suas identidades, seus valores e interesses - especialmente no caso de grupos e indivíduos que enfrentam injustiça distributiva ou de exclusão simbólica, como é o caso das pessoas com SD. Nesse sentido, além de serem redes propícias à criação de laços de solidariedade, através de expressões e apelos solidários entre comunidades de interesse, essas ambiências também acabam criando condições para a própria constatação de situações de injustiça e desrespeito, que se encontram no cerne das lutas por reconhecimento.

Para buscarmos entender formas contemporâneas de solidariedade e, conseqüentemente, compreender o que essas manifestações solidárias poderiam oferecer à análise de processos de luta por reconhecimento, será preciso trilharmos um percurso duplo, mas simultâneo: pela teoria do reconhecimento, mas, ao mesmo tempo, pela concepção de solidariedade que acompanha esse esquema teórico.

3. Padrões intersubjetivos de reconhecimento

Para explorarmos com clareza o conceito de solidariedade subjacente à teoria do reconhecimento desenvolvida por Honneth, será preciso acompanharmos, antes, o percurso argumentativo do autor desde a explicação dos padrões de reconhecimento intersubjetivo presente em *Luta por reconhecimento* (2003) até sua atualização da noção hegeliana de eticidade rumo a uma abordagem pós-tradicional e pluralista. Esse caminho é necessário diante da organicidade da perspectiva do autor, que concebe a luta por reconhecimento como um fenômeno subdividido em três âmbitos distintos, porém correlacionados e, em alguma medida,

interdependentes: o amor, o direito e a solidariedade. Tais âmbitos ou padrões de reconhecimento constituem, juntos, o quadro desenhado por Honneth para explicar as estruturas intersubjetivas das relações sociais de reconhecimento e as condições para o desenvolvimento, por parte dos sujeitos, de três formas de autorrelação prática: a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima.

O desenho desse quadro tem como objetivo propor uma interpretação crítica dos conflitos sociais, vistos como etapas decisivas de processos de evolução moral da sociedade. O ponto de partida dessa perspectiva é, como aponta Mendonça (2012), a renovação da Teoria Crítica gerada por rupturas com abordagens antecessoras, em especial a de Habermas, e a elaboração de novos esquemas interpretativos para os dilemas morais da sociedade. Para Honneth (2003), as lutas por reconhecimento são animadas pela aspiração à autorrealização dos sujeitos e motivadas por situações de desrespeito à integridade física, social e à dignidade dos indivíduos. O filósofo inscreve o conflito social no núcleo do argumento crítico, considerando as experiências de desrespeito catalisadoras de ações voltadas à renovação das relações de reconhecimento a partir das quais é possível o desenvolvimento de uma sociedade ao mesmo tempo plural e igualitária.

Nesse percurso argumentativo, Honneth (2003) delinea algumas premissas ao operar uma inflexão materialista da filosofia hegeliana a partir da psicologia social de G. H. Mead: em primeiro lugar, parte de uma concepção intersubjetivista e não metafísica da consciência e da identidade humana, segundo a qual uma pessoa só adquire consciência de si mesmo quando capaz de perceber a si e as próprias ações a partir da perspectiva de um outro, através das interações; em segundo lugar, aponta para a dimensão normativa do desenvolvimento pessoal ao chamar atenção para o processo gradual e relacional de internalização das normas morais por parte dos sujeitos; em terceiro lugar, ressalta a tensão existente entre a impulsividade e criatividade do "Eu" e as normas intersubjetivamente reconhecidas, o que representa a gênese dos conflitos que podem explicar tanto o desenvolvimento moral dos indivíduos quanto das sociedades; e, por fim, ressalta a centralidade da autorrealização como processo através do qual o indivíduo se percebe socialmente reconhecido, dos pontos de vista dos afetos, dos direitos e da

estima, a partir das reações que encontra nas interações sociais às suas próprias capacidades e propriedades.

A primeira esfera do reconhecimento a ser detalhada por Honneth (2003) precede, segundo o autor, todas as formas de reconhecimento recíproco. Apoiado na psicanálise pós-freudiana de D. Winnicott sobre a gênese das ligações afetivas com outros seres humanos, o filósofo toma a relação entre mãe e filho como uma espécie de modelo básico de todas as formas maduras de amor. O que está em questão é, sobretudo, a necessidade que os sujeitos têm de desenvolverem conexões baseadas na confiança afetiva na continuidade da dedicação mútua para que possam, assim, afirmar sua autonomia de par com sua autoconfiança. Honneth (2003) faz referência às relações primárias estabelecidas desde o nascimento, marcadas pela tensão permanente entre autonomia individual e dependência afetiva em relação a outro. Para o autor, embora seja inerente ao amor certo particularismo moral, ele é pré-condição para o desenvolvimento da autoconfiança, que, por sua vez, é um fator elementar para o engajamento social dos sujeitos.

Ao ressaltar o papel fundamental do amor para a edificação da autoconfiança e, assim, para motivar lutas políticas por reconhecimento no nível afetivo das relações sociais, Honneth não faz uma defesa ingênua do amor como principal elemento integrador da vida comunitária. Como argumenta Mendonça (2012, p. 138), "a teoria do reconhecimento não é uma versão repaginada de um cristianismo afetuoso em que todos devem amar uns aos outros". Daí a importância que o autor dá ao segundo padrão intersubjetivo de reconhecimento. Enquanto o amor é, para Honneth (2003), o fundamento para a possibilidade de se estabelecer a confiança nas próprias necessidades de afeto, o direito faz surgir a consciência do autorrespeito à medida que, nas interações sociais, o sujeito se vê merecedor do respeito de outrem. Nesse sentido, já não se está falando de um amor generalizado, mas de um tipo de respeito independente da afeição porque baseado no reconhecimento recíproco da imputabilidade moral.

Para se entender o reconhecimento jurídico, é decisivo separá-lo tanto da forma do reconhecimento afetivo, ancorado no reconhecimento mútuo das capacidades e necessidades carenciais, quanto do terceiro padrão de

reconhecimento, a estima social, esteada na avaliação das propriedades e capacidades particulares dos indivíduos com base num sistema referencial valorativo. Depreende-se, dessa distinção, que o reconhecimento jurídico aponta especificamente para a consideração das propriedades constitutivas das pessoas enquanto tais, isto é, da própria condição de personalidade da pessoa, da propriedade universal que faz dos indivíduos pessoas. Nesse sentido, Honneth se refere não apenas à dimensão legal do reconhecimento jurídico, mas ao pano de fundo moral e normativo anterior à adjudicação de direitos a partir do qual é possível construir o respeito mútuo.

A perspectiva de Honneth (2003) é suficientemente atenta ao fato de que a remissão aos princípios morais universalistas incompatíveis com um sistema jurídico-moral baseado nas exceções e privilégios é insuficiente para compor todas as condições de autorrealização dos sujeitos. Além de se saberem dignos da dedicação afetiva e da reclamação de direitos, os sujeitos precisam perceber a si mesmos como merecedores de estima por parte dos outros. Essa aprovação solidária é, para o autor, condição que os sujeitos têm de se referirem positivamente às suas próprias características e capacidades e, assim, construírem sua autoestima.

Diante do problema das manifestações discursivas de solidariedade envolvendo pessoas com a SD, examinaremos os argumentos de Honneth (2003) sobre o terceiro âmbito do reconhecimento, o da estima social, em maior grau de detalhamento, para em seguida cotejá-los com alguns dilemas em torno da concepção hegeliana de eticidade herdada por Honneth e dos mecanismos de revelação ou transformação do sistema referencial valorativo subjacente à ideia da solidariedade como um dos padrões de reconhecimento.

4. Solidariedade e estima social para Honneth

Para estabelecerem uma autorrelação plena, capaz de resistir à violação, à privação de direitos e/ou à degradação, no limite da autorrealização de que falava G. H. Mead, os sujeitos precisam tanto do reconhecimento pela via da experiência afetiva e do reconhecimento jurídico, quanto do reconhecimento e da valorização de suas características individuais e diferenças pessoais. Com a terceira forma de

reconhecimento, Honneth (2003) acresce à pressuposição de igualdade que constitui as bases do reconhecimento jurídico o respeito e o apreço pela diferença que conformam o cerne da ideia de estima social. Estimar o outro simetricamente significa, de acordo com Maia (2014, p. 16, tradução nossa), "atribuir valor às propriedades e habilidades individuais específicas, bem como às suas contribuições particulares à sociedade". Para entendermos a conexão causal entre a busca pela estima social e o desenvolvimento da autoestima, e para explorarmos as consequências dessa abordagem para a compreensão de formas contemporâneas de manifestação solidária, será necessário esclarecermos dois pressupostos desse padrão de reconhecimento intersubjetivo.

O primeiro pressuposto diz respeito ao caráter recíproco e simétrico da solidariedade evocada pelo esquema teórico da luta por reconhecimento. Para Honneth,

por "solidariedade" pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica (Honneth, 2003, p. 209).

Ao referir-se à estima simétrica em sua definição de solidariedade, Honneth aponta para situações nas quais vemos uns aos outros sob uma ótica valorativa que nos permite perceber as capacidades e características do outro como significativas e valiosas para a práxis comum, de maneira a inspirar preocupações e interesses genuínos pelo outro - em vez de simplesmente exercer uma forma passiva e indulgente de tolerância às diferenças (WILDE, 2007). Nas palavras de Honneth, "simétrico" significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experimentar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade" (2003, p. 211). A estima mútua e simétrica é, para o filósofo, condição para o desenvolvimento, por parte dos sujeitos, de uma autorrelação prática em que possam se sentir valiosos para a sociedade e, assim, para si mesmos. Ou, para sermos mais exatos, para o desenvolvimento pleno da autoestima.

Assim como, quando da definição do reconhecimento afetivo, o autor não sugeria uma espécie de generalização das relações amorosas, aqui também não se quer advogar em favor de uma estima que estabeleça um único e generalizado valor a todas as contribuições e características dos sujeitos. Honneth (2003) é o primeiro a admitir a dificuldade de se pensar numa medida comum para todas as contribuições particulares e propriedades individuais de cada sujeito, inclusive sob o risco de proceder um apagamento das diferenças e particularidades. Por isso, quando fala em solidariedade, o filósofo se refere precisamente ao reconhecimento do valor das realizações dos indivíduos pelos demais integrantes da comunidade sem precisar medir, calcular e/ou comparar as contribuições particulares às demandas comuns. Como ressalta Mendonça (2012), indivíduos contribuem de diferentes maneiras para o alcance dos objetivos sociais, sem precisar apagar suas singularidades para serem estimados socialmente.

A necessidade dessa simetria não-homogeneizadora remete ao segundo pressuposto da estima social como padrão de reconhecimento, a saber, a (re)configuração do sistema referencial valorativo que serve de base para os comportamentos solidários e para a distribuição de prestígio social. De acordo com Maia (2014), na interpretação de Honneth sobre a modernidade, a redefinição da antiga noção de honra deu lugar, por um lado, à universalização da regra moral segundo a qual todos são iguais em dignidade e direitos, e, por outro lado, à meritocratização das contribuições individuais à práxis comum. Daí porque Honneth chama atenção para uma percepção pós-tradicional segundo a qual o horizonte normativo que avalia as práticas teria se tornado abstrato, aberto e poroso. Segundo essa perspectiva, o *telos* da luta por reconhecimento em busca da estima social não é apenas a conquista do prestígio e da valorização, mas a própria alteração dos referenciais axiológicos que distribuem o prestígio social e hierarquizam os tipos de contribuição que cada sujeito pode oferecer de acordo com suas capacidades.

Em defesa de um pluralismo axiológico, Honneth (2003) busca no conceito de eticidade em Hegel e na proposta de Mead sobre a divisão democrática do trabalho um padrão organizacional da estima social, posto que "os modelos de ambos visaram a uma ordem social de valores na qual as finalidades sociais passam por

uma interpretação tão complexa e rica que, no fundo, todo indivíduo acaba recebendo a chance de obter reputação social" (HONNETH, 2003, p. 208). Nesse sentido, caberia aos sujeitos engajados na luta por reconhecimento chamarem a atenção da esfera pública para a importância antes menosprezada de suas propriedades, capacidades e contribuições para os objetivos sociais, de modo que tornem possível transformar os referenciais valorativos até o ponto em que elevam socialmente seu próprio valor. Assim, uma vez reconhecidos, valorizados e estimados socialmente, os indivíduos são capazes de estabelecer uma autorrelação esteada no que Honneth chama de "sentimento de próprio valor", ou, mais diretamente, a autoestima.

Diante das questões suscitadas pelo esquema teórico da estima social como um dos padrões de reconhecimento intersubjetivo, surgem alguns dilemas relativos às condições de estabelecimento de relações solidárias, às possibilidades práticas de reformulação dos sistemas referenciais valorativos, e à própria relevância normativa da solidariedade para a integração social. Enfrentar teoricamente esses dilemas deve nos fornecer ferramentas para, em primeiro lugar, verificar o alcance dessa definição política e normativa de solidariedade no cotejamento com observações empíricas de formas contemporâneas de solidariedade; em segundo lugar, ajudar-nos-á a definir os parâmetros a partir dos quais podemos ou não entender algumas manifestações discursivas como concretizações de relações solidárias e estima mútua.

5. Um modelo de eticidade e os dilemas da solidariedade

Com sua abordagem da estima social, Honneth (2003) reivindica, basicamente, que os sujeitos não podem ser desrespeitados, denegridos ou ofendidos com base em suas identidades, propriedades e capacidades. É subjacente a esse argumento a necessidade que os indivíduos têm de serem estimados simetricamente, de terem a chance de que suas habilidades e características particulares sejam consideradas valiosas. Contudo, pensar na solidariedade como um dos três eixos da luta por reconhecimento implica enfrentar os dilemas colocados pelo esquema teórico de Honneth (2003), relativos, em primeiro lugar, à dificuldade de definição dos objetivos sociais que servem de parâmetro para o sistema valorativo que fornece as

referências para a distribuição da estima (SEGLOW, 2009; PENSKY, 2011; MENDONÇA, 2011); em segundo lugar, ao lugar dos agenciamentos na formação e manutenção das relações de solidariedade (PENSKY, 2011).

Os obstáculos colocados ao esquema teórico de Honneth (2003) derivam, de modo geral, de compreensões mais céticas em relação aos parâmetros organizadores da distribuição do prestígio social, marcados sobretudo pela meritocracia e pelo modelo capitalista de divisão social do trabalho. Para Seglow (2009), a adesão de Honneth aos argumentos de J. Dewey sobre uma visão democrática baseada na cooperação dos indivíduos e em uma divisão do trabalho segundo a qual todos podem se entender participantes de um empreendimento comum teria "cegado" o filósofo da luta por reconhecimento para as dificuldades de estabelecimento de um "ethos comum". Pensky (2011), por sua vez, argumenta de modo semelhante sobre a formação de um sistema valorativo que fornece as referências para uma distribuição simétrica da estima entre pessoas, contribuições e modos de vida diferentes: nesse sentido, "cabe a Honneth descrever que tipo de consenso valorativo ou horizonte valorativo seria suficiente o bastante para suportar atribuições mútuas de estima baseadas em diferenças individuais" (Pensky, 2011, p. 143).

As críticas a Honneth colocam, basicamente, um mesmo questionamento sobre o sistema axiológico, com dois desdobramentos: como é possível pensar em valores suficientemente amplos e complexos capazes de acomodar relações simétricas de estima entre pessoas e modos de vida muitas vezes radicalmente diferentes? Paralelamente, surge a seguinte indagação: como esse horizonte valorativo estaria ligado a uma percepção mais ou menos coesa sobre objetivos sociais partilhados por todos? Tais críticas colocariam por terra o núcleo argumentativo que faz com que Honneth atribua à solidariedade um lugar crucial nas lutas por reconhecimento e pela autorrealização dos sujeitos se o próprio filósofo não tivesse apontado por conta própria, ao final de seu livro, o caráter normativo dessa nova concepção de eticidade a partir da qual as pessoas devem ter a chance de serem estimadas.

Devemos destacar, novamente, que Honneth (2003) não defende uma homogeneização e uma indistinção valorativa das identidades e capacidades

individuais. O que o filósofo almeja com sua atualização da concepção hegeliana de eticidade é a construção de horizontes de valores éticos tão abertos e plurais que, em princípio, qualquer integrante da sociedade tem a possibilidade de ser valorizado por suas propriedades. De acordo com o autor,

Tanto o jovem Hegel quanto Mead quiseram pensar o futuro da sociedade moderna de modo que ele suscitasse um sistema de valores novo, aberto, em cujo horizonte os sujeitos aprendessem a se estimar reciprocamente em suas metas de vida livremente escolhidas. Com isso, ambos avançaram até o limiar em que começa a se entrever um conceito de solidariedade social que aponta para uma estima simétrica entre cidadãos juridicamente autônomos. Mas, na resposta à questão de como essa ideia moderna de solidariedade deveria ser preenchida no plano do conteúdo, não só as vias de solução dos dois pensadores se separam, como ambos, cada qual ao seu modo, fracassaram. (HONNETH, 2003, p. 279)

Isso contradiz a crítica em seus dois pontos cruciais. Em primeiro lugar, Honneth não parece sugerir um único e fechado sistema valorativo a partir do qual seria possível a estima mútua e simétrica, mas uma pluralidade e uma flexibilidade de referências valorativas que favorecessem a solidariedade como fator de integração social entre indivíduos e grupos com propósitos e capacidades diferentes. Em segundo lugar, Honneth se refere à liberdade com que os próprios sujeitos devem escolher suas metas de vida, sem, no entanto, fazerem da divergência entre visões de mundo e de objetivos um elemento desagregador e justificador de formas de desrespeito.

Honneth (2003) chama a atenção para os projetos inacabados de Hegel e Mead no que diz respeito à identificação, no plano do conteúdo, das formas concretas de manifestação da estima social e da solidariedade. De acordo com Pensky (2011), essa lacuna empírica que teria sido herdada pela filosofia de Honneth cria um "problema metodológico" para as consequências práticas e analíticas da teoria da luta por reconhecimento. Obviamente, subjaz a essas ponderações uma espécie de cobrança sociológica por respostas sobre o lugar dos agenciamentos dos sujeitos na formação e na manutenção da solidariedade, bem como um esquema claro a partir do qual seja possível identificar agenciamentos

solidários nos níveis das relações intersubjetivas e das instituições sociais mais amplas.

Pensky (2011) acaba chamando atenção para a necessidade, assinalada pelo próprio Honneth, de que esse esquema de inteligibilidade dos conflitos sociais em torno da luta por reconhecimento em seus três desdobramentos - o reconhecimento intersubjetivo, a autorrelação prática e as formas de desrespeito - seja verificado de acordo com o exame das próprias lutas sociais, dentro de contextos específicos de ações e reivindicações. Como ressalta Mendonça (2011, p. 956, tradução nossa), "lutas por reconhecimento assumem diferentes formas em diferentes contextos. Ou seja, embora Honneth (2003) não ofereça um quadro tão detalhado a ponto de indicar empiricamente, num nível microssociológico, as formas práticas de solidariedade e estima social, o filósofo indica a necessidade de que essas análises dos conflitos sociais atentem para condições e dinâmicas específicas das lutas por reconhecimento.

Com base nessa necessidade empírica, antes de passar ao exame das manifestações solidárias em torno de pessoas com SD, será preciso discutir outras percepções sobre a solidariedade na contemporaneidade, a partir de bases teóricas distintas da de Honneth, no sentido de identificar certa tensão existente entre formas de solidariedade mais próximas de uma ideia de estima mútua e simétrica e apelos solidários orientados por uma ética menos altruísta.

5. Da solidariedade altruísta à solidariedade egoísta

Para H. Arendt (2011), apenas a solidariedade, em contraposição à compaixão e à piedade, permite aos homens estabelecerem de modo deliberado e desapassionado uma comunidade de interesse para com sujeitos vulneráveis. Na tríade arendtiana da chamada "linguagem da piedade", cabe à solidariedade o papel de virtude política, por não se render nem à paixão interessada pelos vulneráveis, nem à intensidade sentimental com que se deixa atingir pelo sofrimento de outro como um contágio, um cossofrimento. Comparada à piedade, a solidariedade "pode se afigurar fria e abstrata, pois mantém compromisso com 'ideias' - grandeza, honra ou dignidade - e não com algum 'amor' pelos homens" (ARENDR, 2011, p. 127). Essa "frieza" da solidariedade é, para a filósofa, o que inspira e guia as ações frente

ao infortúnio do outro, sem, no entanto, fazer desse outro um pretexto para alimentar o desejo de poder.

O humanitarismo já comprovou que a solidariedade, com o passar do tempo, mostrou ter mais de uma face. Chouliaraki (2011; 2013) argumenta de maneira convincente que tanto a autenticidade do sofrimento, quanto as noções de solidariedade para com o outro vulnerável passaram por profundas transformações. Para a autora, há pelo menos dois paradigmas históricos: o da solidariedade que leva à piedade e o da solidariedade como ironia. É importante que se diga que o pano de fundo dessa discussão é composto, sobretudo, pelo debate em torno das relações de espetatorialidade estabelecidas por certo conjunto de narrativas engajadas na instrumentalização do sofrimento como pretexto para o apelo solidário (BOLTANSKI, 1993). O que nos interessa, entretanto, são as distintas compreensões do conceito de solidariedade que emergem desse debate.

O primeiro paradigma diz respeito à teatralidade do humanitarismo como estrutura comunicativa mediadora da vulnerabilidade humana e constituinte dos chamados espetáculos de sofrimento, tão recorrentes na cultura midiática ocidental. Trata-se de um arranjo dramático que separa espectadores a salvo de um lado e sujeitos vulneráveis de outro, mas interpõe nessa separação o imperativo moral através da encenação de espetáculos do sofrimento (CHOULIARAKI, 2013). Em vez de encorajar os públicos à ação direta, a autora argumenta que essa retórica solidária convida a nós, espectadores, a nos engajarmos diante de imagens e histórias encenadas que, assim, permitem-nos imaginar a nós mesmos como cidadãos que podem agir à distância, por petições e/ou doações, em nome de uma causa fundada naquela universalização da regra moral de que falava Arendt: o apelo à humanidade comum que esteia a exortação à solidariedade para com qualquer desafortunado, que, no fundo, "é também um de nós".

A longa trajetória da teatralidade do sofrimento inclui, segundo Chouliaraki (2013), um extenso repertório de práticas desde o romance e a pintura até formas comunicacionais mais recentes, como a televisão, a fotografia, as mídias digitais, a internet, etc. Tais práticas funcionam como mediadoras do sofrimento, o que as torna parte de um aparato pedagógico responsável por situá-lo no centro de uma

educação moral própria do Ocidente, correlativa ao imperativo da solidariedade para com o outro vulnerável, com o qual partilhamos daquela humanidade comum. Nesse sentido, a comunicação da solidariedade torna-se fonte de emoção - a piedade - e questão de ação - a ação humanitária - a ser empreendida, ainda que à distância, diante do apelo encenado para retratar situações de injustiça.

Transformações estéticas da própria retórica humanitária e dos espetáculos midiáticos do sofrimento provocaram, segundo Chouliaraki (2013), mudanças substantivas na estrutura comunicacional da solidariedade. Trata-se de uma virada tanto histórica quanto epistêmica na compreensão de uma ética da solidariedade, ante o

recuo de uma moralidade altruísta, na qual fazer o bem aos outros diz respeito à nossa humanidade comum e não requer nada em troca, e a emergência de uma moralidade auto-orientada, na qual fazer o bem aos outros diz respeito a "como eu me sinto" e deve, portanto, ser recompensada por uma pequena gratificação ao self. (CHOULIARAKI, 2013, p. 3, tradução nossa)

Ao tratar da "solidariedade irônica", Chouliaraki (2011, 2013) faz referência ao apelo humanitário de celebridades, de concertos filantrópicos de rock e de determinadas narrativas jornalísticas como manifestações dessa nova linguagem solidária, fundada num "altruísmo egoísta" que não aspira a nenhum engajamento genuíno para com o outro vulnerável. Em vez disso, volta-se para um espectador reconfortado pela autossatisfação de poder ajudar o outro vulnerável à distância sem precisar justificar para si nem publicamente as razões dessa ajuda.

A outra face dessas estratégias, para Chouliaraki (2011), evidencia a instrumentalização da moral solidária segundo a lógica da capitalização à custa do espetáculo do sofrimento, o que favorece, sobretudo, os seus benfeitores: a marca das organizações internacionais, as imagens das celebridades politicamente engajadas e a atuação de um jornalismo cidadão afinado a "novas formas democráticas" de acesso às mídias. Submetida à esfera econômica e utilitarista, a solidariedade que compele os espectadores à ação se torna valor orientado por um senso de realização pessoal, isto é, pelo autoempoderamento do espectador e do

beneficor, e não pelas necessidades do outro vulnerável a quem se assiste, no duplo sentido da palavra.

Essas formas contemporâneas de apelo e manifestação da solidariedade mediadas pelo interesse publicitário, de um lado, e pela auto-indulgência, de outro, não constituem mecanismos considerados produtivos dos pontos de vista moral e político, segundo Chouliaraki (2011). Transformada em uma questão particular, auto-interessada e cínica, a solidariedade tanto "nos reduz a públicos sentimentais com pouca capacidade de julgamento e empatia, quanto reduz os outros vulneráveis a figuras sem voz e sem humanidade" (CHOULIARAKI, 2011, p. 372, tradução nossa).

A falência, por assim dizer, desses dois paradigmas históricos da solidariedade, aquele que aposta na universalização da regra moral e retoricamente tenta suprimir as diferenças entre nós e o outro para nos compelir a agir sobre nossos semelhantes desditosos, bem como aquele que reveste a solidariedade de um valor autossuficiente, transformando o outro em mero pretexto para uma agência autointeressada, relacionam-se diretamente com alguns pressupostos apontados por Honneth (2003) sobre a solidariedade como fator de integração social e como modalidade de reconhecimento intersubjetivo a partir da qual os sujeitos podem se estimar simétrica e mutuamente. Trata-se de perceber o fracasso de certos apelos solidários em estabelecer horizontes valorativos a partir dos quais os sujeitos podem não apenas se identificar e estimar o outro, mas dar um passo adiante em direção à própria ação política com vistas à mitigação das experiências de desrespeito, negligência e opressão.

Essa percepção sobre o caráter cínico das expressões e apelos solidários na contemporaneidade, bem como sobre certa instrumentalização da solidariedade, tem como base um conceito específico de solidariedade que, ao contrário do que defendia Arendt, não vislumbra um potencial humanístico amplo. Trata-se da conhecida definição de R. Rorty (2007) segundo a qual a obrigação moral está menos condicionada à ideia de humanidade comum do que às relações de pertencimento a determinadas comunidades. "Rorty insiste que nossa obrigação moral para com os outros deriva do fato de que partilhamos de uma identidade

coletiva tangível, e que o apelo a uma identidade específica é sempre mais efetivo que o apelo à nossa humanidade comum" (WILDE, 2007, p. 177, tradução nossa).

O argumento de Chouliaraki (2013) tenta demonstrar que a consequência desse alcance restrito das relações e apelos solidários fez com que a própria solidariedade fosse convertida em retórica pela cultura do consumo, segundo um *ethos* do benefício mútuo sem necessariamente implicar um engajamento mútuo. Como consequência mais ampla, Biondi (2014), por sua vez, aponta para uma série de transformações que modificam a caracterização dos agentes (e pacientes) da solidariedade e reformulam os quadros da sociabilidade e subjetividade atuais. No centro dessas transformações apontadas pela autora está a prática do compartilhamento, que acaba por redefinir as formas contemporâneas de manifestação e expressão da solidariedade. Ou seja, antigas formas de mediação da solidariedade cedem lugar a formas renovadas de compartilhamento e circulação de apelos e manifestações solidárias.

De nossa parte, interessa investigar essas formas concretas de solidariedade à luz do quadro teórico do reconhecimento intersubjetivo pela via da estima social, tal como delineado por Honneth (2003), bem como a partir das percepções de Chouliaraki (2013) sobre o recrudescimento de apelos solidários cuja orientação ética é quase inversa à da luta por reconhecimento. Esse exame tomará como base manifestações de solidariedade envolvendo interações de pessoas com SD em redes sociais.

6. Apontamentos metodológicos

Para a realização dessa análise foram escolhidos um perfil e uma página vinculados ao Facebook. Utilizaremos como objetos de análise interações (postagens e comentários) coletadas do perfil do ator e lutador Breno Viola e da página "Sorrindo com Yasmin". O perfil e a página foram selecionados pelo caráter politicamente engajado com que ocupam o espaço da rede social, fazendo da SD o tema central de suas interações. Para efeito comparativo, optou-se pelo perfil gerenciado pelo próprio sujeito com SD, um adulto que se apresenta como "celebridade", e por uma página controlada por um familiar da pessoa com Down -

no caso específico, a mãe da menina Yasmin -, realçando a dimensão familiar da luta por reconhecimento.

O primeiro perfil escolhido foi o de Breno Viola, 35 anos, lutador de judô com Síndrome de Down. Breno ficou conhecido mundialmente pelas inúmeras conquistas no esporte. Ele foi o primeiro atleta com SD a obter faixa preta de judô no continente americano, além de ser tricampeão mundial em sua categoria. O perfil do Facebook de Breno, ativo desde 2011. A página “Sorrindo com Yasmin, porque síndrome de down é amor”, também selecionada para compor o levantamento, foi escolhida pela grande quantidade de seguidores - 20.688 até 30 de abril de 2017 -, mas também pela grande quantidade de interações entre a moderadora, mãe de Yasmin, e aqueles que acompanham as postagens.

O percurso analítico seguiu os seguintes passos: em primeiro lugar, foram coletadas postagens feitas no período de 12 meses, entre abril de 2016 e abril de 2017. Depois, foram selecionadas as postagens com maior e menor número de comentários, pois assumimos como pressuposto que as postagens com mais comentários poderiam oferecer maior diversidade de manifestações solidárias, enquanto que as postagens com menor número de comentários poderiam evidenciar com mais ênfase expressões solidárias desengajadas. Ao todo, foram analisadas 13 postagens no perfil de Breno Viola e 173 postagens na página da menina Yasmin - desconsiderando os casos em que as postagens consistiam em compartilhamentos de outros perfis.

A operacionalização da análise tomou como pressuposto o caráter discursivo das manifestações e expressões de estima social (MENDONÇA, 2011; SARMENTO, 2016). Os comentários foram divididos em dois grupos, com base no nível de engajamento percebido em cada um. Os agrupamentos servirão de categorias de análise primárias. O primeiro grupo é constituído por aquelas expressões de solidariedade marcadas pela valorização das realizações e/ou propriedades dos sujeitos. O segundo grupo reúne formas efêmeras e lacônicas de solidariedade, pouco ou nada representativas de uma estima genuína ou uma valorização dos indivíduos em suas características particulares. Diante das limitações de espaço, será possível agrupar apenas alguns comentários representativos de cada grupo.

Outros critérios analíticos foram reunidos a título de categorias secundárias, usadas de forma difusa, tão somente para orientar a análise dos comentários em seus respectivos grupos. Entre esses critérios estão: a presença de expressões claras de afirmação das capacidades individuais dos sujeitos; o tipo de relação interpessoal entre os comentaristas e os autores das postagens; referências explícitas ao sistema valorativo a partir do qual avalia-se as realizações das pessoas com SD.

Além de testar a própria pertinência da divisão analítica entre formas mais ou menos engajadas de solidariedade, espera-se desse exame que fique mais claro o horizonte valorativo a partir do qual esses indivíduos são ou não estimados, bem como os discursos que manifestam ou não essa forma politicamente relevante de solidariedade.

7. Entre a retórica solidária e a estima social

De um ponto de vista quantitativo, o levantamento revelou, no conjunto integral de comentários analisados, uma presença mais frequente de manifestações retóricas de solidariedade. Tais manifestações consistem em comentários efêmeros, de pessoas em geral desconhecidas dos moderadores da página e do perfil, com poucas palavras, restritas à expressão de felicitações pelas realizações descritas e mostradas nas postagens. Num primeiro momento, credita-se o maior número de comentários dessa natureza à própria característica efêmera das interações no Facebook. Entretanto, é no comparativo com as formas de solidariedade engajada que fica indicada a presença efetiva de expressões de solidariedade *pro forma*, vazias de qualquer inclinação genuína ao reconhecimento do outro.

7.1 Grupo 1: Engajamento solidário e a estima do outro

Em postagem publicada em 27 de dezembro de 2016, na página "Sorrindo com Yasmin", um longo texto acompanhado da foto da menina busca romper com diversos mal entendidos a respeito das pessoas com Down. Entre outras questões, a moderadora argumenta que Yasmin "não é doentinha", "não é um castigo", também "não tem probleminha" e, por fim, "não é coitadinha". Na publicação, muitos comentários foram postados com fotos de pessoas com Síndrome de Down,

concordando com o que a mãe de Yasmin escrevera em defesa das pessoas com SD. A postagem recebeu 822 comentários, entre eles os seguintes:

Comentário 1: "Sabe quando você ama aquilo que nunca viu de perto? Aquilo que nunca tocou? Pois é, nem eu sei! Quem me conhece sabe de alguns trabalhos que eu já fiz com crianças especiais, e em pequenos gestos eu fui me apaixonando loucamente por essas vidas totalmente especiais. A quase 2 anos eu acompanho a página @SorrindocomYasmin e me apaixono novamente todos os dias. Fico extremamente feliz com cada conquista, com cada vídeo, com cada detalhe.. sou completamente apaixonada por ela, sem ao menos conhecer. Obrigada por compartilhar comigo, tantos momentos de alegria! Sou feliz por vcs estarem felizes" (6 de janeiro às 17:37)

Comentário 2: "Sua filha é linda, olha sei bem como é isso , já chegaram a rir do Matheus em um supermercado, mim deu tanta raiva mais ao mesmo tempo não pq esse povo que rir de uma criança com síndrome de down e só aqueles Zé povinho sabe? Então vejo que meu filho e amado e querido por todos, e que não devemos dar atenção para esse povo sem noção que não sabe o que fala. Amo matheus mais que tudo nessa vida e nunca mais nunca vou mim arrepender de ter ele em minha vida. Amo meu menino " (27 de dezembro de 2016 às 10:57).

No primeiro comentário, não há nenhuma referência às realizações específicas de Yasmin. Porém, o comentário parece demonstrar, em primeiro lugar, um sistema abstrato de referencial valorativo, segundo o qual, mesmo sem detalhar as capacidades e propriedades pessoais do indivíduo, ele merece ser estimado socialmente. O comentário também demonstra, em segundo lugar, a presença de expressões afetuosas que reforçam a aprovação e a valorização das propriedades do outro. Fica evidente, no segundo comentário, a centralidade do partilhamento de experiências de desrespeito entre os participantes da rede, assim como o compartilhamento de realizações e sentimentos de estima reconhecida. Ao contar situações de desrespeito, o participante não apenas manifesta solidariedade, como também demonstra a necessidade de que as pessoas com SD sejam estimadas socialmente e respeitadas por sua individualidade.

A postagem no perfil de Breno Viola com o maior número de comentários foi realizada em 31 de maio de 2016. Breno alterou a sua foto de perfil para uma imagem em que ele carrega a Tocha Olímpica de 2016. A publicação gerou 142 comentários e 442 compartilhamentos.

Comentário 1: “Que lindo Breno! Adorei ver essa foto, parabéns você merece tudo que existe de melhor nessa terra que vivemos! Todos nós amamos você! Bju grande no coração!” (31 de maio de 2016 às 19:44).

Comentário 2: “Puxa Breno Viola! Me arreepiei!! Parabéns viu, vc é merecedor dessa honra !”(31 de maio de 2016 às 20:25).

Nos comentários para Breno Viola, ficam evidentes as expressões de admiração pelas realizações do esportista, realçadas pela possibilidade de compartilhamento do orgulho sentido pelo outro sujeito em relação às próprias conquistas. Ou seja, há não apenas um reconhecimento do merecimento de estima, como da legitimidade da expressão da autoestima de Breno Viola. Por outro lado, o segundo comentário demonstra não apenas a expressão de admiração, como um reconhecimento de méritos revelador de um sistema referencial valorativo polêmico, pois acaba conciliando o pluralismo axiológico com a lógica meritocrática segundo a qual deve-se valorizar e recompensar apenas aqueles que mereceram suas conquistas e realizações.

7.2 Grupo 2: Solidariedade *prêt-à-porter*

Na mesma postagem de 31 de maio de 2016, no perfil de Breno Viola, na qual o judoca alterou a sua foto de perfil para uma imagem com a Tocha Olímpica de 2016, a maior parte dos comentários assume uma configuração bastante específica: são comentários curtos, com uma ou duas palavras, em geral congratulando o moderador do perfil pelos feitos. A questão que se coloca é precisamente sobre o alcance limitado e as bases valorativas dessas expressões solidárias.

Comentário 1: “Arrasouuuuuu!!!” (31 de maio de 2016 às 22:14).

Comentário 2: “Que bom” (31 de maio de 2016 às 21:56).

Por não revelarem com clareza o sistema valorativo a partir do qual avalia-se as realizações do outro, ou por não expressarem de modo consequente a afirmação do valor das propriedades e capacidades individuais, essas manifestações solidárias poderiam ser consideradas achados secundários do levantamento. Entretanto, o fato de representarem a maioria das interações presentes tanto na página quanto no

perfil ressalta ao menos o valor explicativo desses comentários. Nesse sentido, afirmar o caráter retórico dessas interações demonstra a ausência de envolvimento e valorização das realizações do outro.

Esse mesmo formato de expressões solidárias *prêt-à-porter* também apareceu de modo substantivo - embora não predominante - nos comentários à postagem de 27 de dezembro de 2016, na página "Sorrindo com Yasmin", em que a mãe da menina argumenta contra as percepções espraiadas de que pessoas com Down são "doentinhas" e etc.

Comentário 1: "Eu sou apaixonada por crianças com dow elas são meigas amorosas eu amoooo". (13 de janeiro às 21:23).

Quando não são excessivamente sintéticos, os comentários menos engajados acabam por reforçar percepções estigmatizadas dos sujeitos - como, por exemplo, o de que pessoas com Down são meigas e amorosas, como se essa fosse uma propriedade associada à própria condição genética desses sujeitos, espécie de efeito colateral positivo. Ou seja, não funcionam como expressões de valorização das propriedades específicas do outro, mas de características forjadas e atribuídas de maneira generalizada e desrespeitosa. Nesses casos também fica mais evidente o caráter autointeressado dessas manifestações solidárias, que funcionam como selos de comprovação de uma moralidade elogiável segundo certo sistema referencial valorativo. O corolário dessas solidariedades *pro forma* é a própria instrumentalização do outro e de suas propriedades e capacidades em função de certas estratégias egoístas de autoafirmação.

8. Considerações finais

No presente trabalho, nosso objetivo era entender formas contemporâneas de solidariedade para, assim, verificar o que essas manifestações solidárias teriam a oferecer à compreensão de processos de luta por reconhecimento. Começamos por demonstrar que a Síndrome de Down impõe obstáculos significativos à integração social das pessoas com essa condição genética e, por isso, constitui um desafio às lutas por reconhecimento travadas em diferentes âmbitos interativos, entre eles as redes cívicas e solidárias na internet. Em seguida, expusemos as linhas gerais do

esquema teórico da luta por reconhecimento a partir de Honneth (2003), detalhando as dimensões específicas da estima social como um dos âmbitos do reconhecimento intersubjetivo. Depois discutimos alguns dilemas relativos às condições e parâmetros da distribuição da estima social. Ao final de nossa argumentação teórica, expusemos, com base em Chouliaraki (2011; 2013), características encontradas em alguns modelos de apelos e manifestações solidárias que seguem na direção oposta da integração social com base num pluralismo ético.

Ao analisarmos interações online envolvendo pessoas e familiares de pessoas com SD, foi possível verificar consequências de pelo menos duas ordens: em primeiro lugar, sobre as formas contemporâneas da solidariedade online; em segundo lugar, sobre o possível impacto dessas expressões solidárias para processos difusos de luta por reconhecimento - difusos porque não necessariamente emplacados e conduzidos por grupos e coletividades com intensa atuação política, mas por indivíduos comuns, que buscam reconhecimento em suas esferas cotidianas de interação.

Sobre as formas da solidariedade, contatamos não apenas a presença constante de expressões solidárias desengajadas e *pro forma*, isto é, demonstradas sem a assunção de um compromisso ético para com o reconhecimento do valor das realizações e propriedades específicas de seus destinatários, como também o caráter autointeressado dessas manifestações solidárias, que funcionam como selos de comprovação de uma moralidade publicamente elogiável segundo certo sistema referencial valorativo. Por outro lado, entre as expressões solidárias reconhecidamente engajadas com as realizações do outro, ficaram patentes tanto o reconhecimento da importância das realizações dos sujeitos, como também a própria demonstração e argumentação sobre a necessidade de que pessoas com SD tenham a chance de serem estimadas socialmente e respeitadas por sua individualidade.

Restou comprovado também que as formas de resposta solidária dependem diretamente das formas de apelo solidário por parte das pessoas envolvidas na luta por reconhecimento. Se é verdade que, espontaneamente, a solidariedade se manifesta sobretudo sob a forma *prêt-à-porter*, também é importante pontuar que,

nos âmbitos interacionais analisados, o próprio apelo solidário como mecanismo discursivo da luta por reconhecimento é capaz de suscitar respostas solidárias politicamente engajadas e capazes de replicar o imperativo da estima social. Ainda assim é preciso avaliar o impacto dessas interações sobre o horizonte de valores que ainda discriminam aqueles que são dignos de estima daqueles que não são.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BIONDI, Angie. Solidariedade em redes: limites de uma prática, possibilidades de uma ação. **Revista Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 5, 2014.
- BITTLES, A. H.; GLASSON, E. J. Clinical, social, and ethical implications of changing life expectancy in Down syndrome. **Developmental Medicine & Child Neurology**, v. 46, n. 4, p. 282-286, 2004.
- BOLTANSKI, Luc. **La souffrance à distance**: morale humanitaire, médias et politique. Paris: Editions Métailié, 1993.
- CAVALCANTE, Tainá. **O ecoar das lutas por reconhecimento**: as vozes de solidariedade online no Facebook de pessoas com Síndrome de Down. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade da Amazônia, Departamento de Comunicação, Belém, 2016.
- CHOULIARAKI, Lillie. 'Improper distance': Towards a critical account of solidarity as irony. **International journal of cultural studies**, London, v. 14, n. 4, p. 363-381, Nov. 2011.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MAIA, Rousiley C. M. **Recognition and the Media**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **Revista Logos**, Rio de Janeiro, RJ, n. 27, p. 43-62, 2007.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 9, p. 119, 2012.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy. **Political Studies**, v. 59, n. 4, p. 940-958, 2011.
- PENSKY, M. Social Solidarity and Intersubjective Recognition: On Axel Honneth's Struggle for Recognition. In: PATHERBRIDGE, D (Org.). **Axel Honneth: Critical Essays With a reply by Axel Honneth**, p. 125-154, 2011.
- RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Inclusão digital: espaço possível para pessoas com necessidades educativas especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, RS, n. 20, p. 13-30, 2002.
- SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões. **Pensamento Plural**, n. 17, p. 129-150, 2016.
- SEGLOW, Jonathan. Rights, Contribution, Achievement and the World Some thoughts on Honneth's Recognitive ideal. **European journal of political theory**, v. 8, n. 1, p. 61-75, 2009.
- WILDE, Lawrence. The concept of solidarity: Emerging from the theoretical shadows?. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 9, n. 1, p. 171-181, 2007.